

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	15
1. INTRODUÇÃO	21
1.1. Casos-modelo e variantes	21
1.2. Contexto dogmático e problema	22
2. A CORRUPÇÃO NO BRASIL.....	31
2.1. Antecedentes da lei anticorrupção no Brasil	35
2.2. O tipo legal da corrupção na doutrina clássica	38
2.3. O combate à corrupção nos chamados "novos tempos"	43
2.3.1. A questão do ato de ofício no julgamento da Ação Penal 470 – o caso do Mensalão	46
2.3.2. Operação Lava Jato e as propinas com contrato	54
2.3.3. A Lava Jato e as doações eleitorais de campanha	62
3. A IMPUTAÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO E A TEORIA DA CEGUEIRA DE- LIBERADA	65
3.1. O dolo eventual e a teoria da cegueira deliberada	65
3.1.1. O modelo tripartido: dolo direto de primeiro grau, de segundo grau e dolo eventual	65
3.1.2. Dolo como vontade	71
3.1.3. Dolo como conhecimento	75

3.1.4. Dolo eventual, dolo normativo e presunção de dolo	77
3.1.5. A fronteira entre o dolo eventual e a culpa consciente na corrupção ativa	82
3.1.6. Dolo eventual e a questão do "saber" e do "dever saber"	84
3.2. A omissão imprópria e o contexto empresarial	86
3.2.1. <i>Compliance</i> e dever de vigilância	87
3.2.2. A posição de garante do empresário e a possibilidade de incriminação de condutas	92
3.2.3. Cláusula de correspondência	98
3.2.4. A questão da participação nos crimes omissivos	99
4. É POSSÍVEL APLICAR A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO DIREITO BRASILEIRO?	101
4.1. As raízes da teoria da cegueira deliberada	101
4.2. A teoria da cegueira deliberada e o Código Penal brasileiro	108
4.3. Os critérios informadores da cegueira deliberada no direito conti- nental	113
4.4. Aplicação da teoria da cegueira deliberada nos tribunais brasilei- ros	118
4.5. Tem lugar a cegueira deliberada no Direito Penal brasileiro?	128
4.6. Corrupção ativa no ambiente empresarial e a possibilidade de punição por dolo eventual ou cegueira deliberada	133
5. CONCLUSÃO E SOLUÇÃO DOS CASOS	141
REFERÊNCIAS	145
JURISPRUDÊNCIA	159
LEGISLAÇÃO	161